

rev.relac.int.estateg.segur.9(2):21-47,2014

A EMERGÊNCIA DA CHINA NO PÓS-CRISE FINANCEIRA DE 2008: O CONSENSO DE BEIJING DESDE A MICROFÍSICA DO PODER*

Ana Bossler**
Débora de Andrade Rodrigues***
Priscila Pereira****

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, desde as categorias discursivas de Michel Foucault, a emergência do Consenso de Beijing como contrapoder transformador

Recibido: 30 de abril de 2013
Aceptado: 27 de febrero de 2014
Artículo de reflexión

* O artigo é parte de um conjunto de pesquisas realizadas para o Centro Nacional de Estudios Económicos - Arturo Jauretche da Facultad de Economía da Universidade de Buenos Aires sobre a Economia e Política Exterior Chinesa.

** Bacharel em Direito pela PUCRS, maestranda em Relações Internacionais na UBA, especialista em Comércio Internacional. Colaborando com: Universidad de Alicante, Espanha. Afilição: FCE - Universidade de Buenos Aires. E-mail: anasouzabossler@gmail.com. Brasileira.

*** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília UCB, Master em Relações Internacionais na UBA, coordenadora do grupo NEMARI. Colaborando com: Universidad de Alicante, España. Afilição: FCE - Universidad de Buenos Aires. E-mail: deboraqueenbee@yahoo.com.br. Brasileira.

**** Licenciada em advocacia por las Facultades Integradas de Três Lagoas - Mato Grosso do Sul (AEMS - Associação de Ensino e Cultura do Mato Grosso do Sul), maestranda en Relaciones Internacionales en la UBA, especialista en Derecho Comercial. Colaboración: Universidad de Alicante, España. Afiliación: FCE - Universidad de Buenos Aires. E-mail: priscilimapereira@hotmail.com. Brasileira.

da praxis econômica internacional, legitimando as ações da China, analogamente ao estabelecimento do neoliberalismo. Estudaremos a ordem econômica estabelecida a partir de 1971, quando termina o período de convertibilidade dólar-ouro, criando caos no sistema internacional, propondo incentivos à globalização financeira, bem como o período pós-crise financeira de 2008.

Ao mesmo tempo, visa observar se é de interesse da China assumir um rol preponderante, por meio do *softpower*, não apenas para si, mas com relação aos demais atores internacionais, já que sua ascensão econômica pressupõe ainda um maior peso de suas decisões também no contexto político, criando desta forma, novos parâmetros no jogo de poder internacional. Com esse objetivo, enquadraremos o Consenso de Beijing dentro dos termos metodologicamente estabelecidos na ciência econômica, que se pressupõe sistematicamente ordenadora social, determinando se esse discurso preenche as condições para tornar-se *mainstream* econômico mundial.

Palavras-chave: Ascensão da China, Consenso de Beijing, neoliberalismo e crise financeira.

EL SURGIMIENTO DE CHINA EN CRISIS POST-FINANCIERA DE 2008: EL CONSENSO DE BEIJING DESDE LA MICROFÍSICA DEL PODER

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar, desde las categorías discursivas de Michel Foucault, la emergencia del Consenso de Beijing como contrapoder transformador de la praxis económica internacional, legitimando las acciones de China, análogamente al establecimiento del neoliberalismo. Estudiaremos el orden económico establecido desde 1971, cuando termina el periodo de convertibilidad dólar-oro, creando caos en el sistema internacional, planteando incentivos hacia la globalización financiera, bien como el período post-crisis financiera de 2008.

Al mismo tiempo, apunta a observar si es de interés de la China asumir un rol preponderante, por medio del *softpower*, no apenas para si, pero con respecto a los demás actores internacionales, pues su ascensión económica presupone aún un mayor peso de sus decisiones también en el contexto político, creando de esta forma, nuevos parámetros en el juego de poder internacional. Para eso, encuadraremos al Consenso de Beijing dentro de los términos metodológicamente establecidos en la ciencia económica, determinando si ese discurso llena las condiciones para tornarse *mainstream* económico mundial.

Palabras clave: Ascenso de la China; Consenso de Beijing; neoliberalismo y crisis financiera.

THE RISE OF CHINA IN THE POST-FINANCIAL CRISIS OF 2008: THE CONSENSUS FROM BEIJING MICROPHYSICS OF POWER

ABSTRACT

The present work aims to analyze, from the discursive categories of Michel Foucault, the emergence of the Beijing Consensus as transformer counter-power of the international economic praxis, legitimizing the actions of China, similar to the establishment of neoliberalism. We will study the economic order established since 1971, with the termination of the period of dollar-gold convertibility, creating chaos in the international system, raising incentives towards financial globalization, as in the post-financial crisis period of 2008.

At the same time, it points to see if the interest is for China to take a leadership role, through soft power, not just for themselves, but with respect to the other international actors, as its economic ascent also presupposes an even greater weight for its decisions in the political context, thus giving rise to new parameters in the game of international power. For that, we will position the Beijing Consensus methodologically within the terms established in economics, determining whether that speech fills the conditions to become global economic mainstream.

Keywords: Rise of China, Beijing Consensus, neoliberalism, financial crisis.

INTRODUÇÃO

Desde o século XVI, as práticas econômicas se codificaram como preceitos e moral, pretendendo fundar-se, racionalizar-se e justificar-se sobre uma teoria das riquezas e da produção. Como método científico, suas grandes mutações podem ser lidas como aparição de formas novas da vontade de verdade, posta em prática ao apoiar-se em uma base e com uma distribuição institucional, exercendo sobre os demais discursos uma espécie de pressão e poder de coação.

Assim, o discurso não é simplesmente aquilo que se traduz pelas lutas o sistema de dominação (Marx e Engels, 1992), senão aquele pelo que, e por meio de que se luta, aquele poder de que se quer adonar (Foucault, 2008, p.23). Questionando-se qual foi e qual é constantemente, através dos nossos discursos, a vontade de verdade que atravessou séculos de história, e qual é em sua forma geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, é, então, quem sabe, quando se desenhará algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente coativo), moldando nossa formação do discurso científico.

Esse discurso, em forma de violência que se exerce sobre as coisas, ou prática imposta, é também o lugar onde se encontra o princípio de sua regularidade. Considerando a disciplina como um princípio de controle da veracidade dos discursos científicos, que fixa suas regras por um jogo que toma a forma de reatualização permanente, o método econômico racionalizou

um compromisso ideológico, a priori, da sociedade humana, estabelecendo práxis sociais que se impõe mais além de seu caráter de intercâmbio.

Com uma autoridade construída á medida em que a ficção do método é estabelecida, a economia nascida como disciplina no século XIX, coincidente com a época em que se estabeleceu o ordenamento do conhecimento em termos de analogia e sucessões, em oposição à Era Clássica onde era por identidade permitiu que coisas antes distintas fossem agrupadas em categorias semelhantes, autorizando desta forma que se construísse uma ciência que se pressupõe sistematicamente ordenadora social a partir de termos metodológicos estabelecidos, influenciando na moral.

O presente trabalho analisa, desde as categorias discursivas de Michel Foucault, a ordem econômica e social estabelecida desde 1971, quando termina o período de convertibilidade dólar-ouro, criando caos no sistema, com incentivos à globalização financeira impulsionada pela criação de um *euromarket*, o que satisfaz as condições de possibilidade para que exista uma mudança no status quo científico-econômico da época, estabelecendo-se novas verdades que transformaram as práticas não só econômicas, massociais, até o ano de 2011, quando, após um cenário de choque que afetou a economia global, permite que se repense e se reconsidere novas teorias, com possibilidades externas e internas discursivas de se estabelecer um novo sistema teórico, com novos valores e verdades.

1. A CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE NEOLIBERAL

O cenário dos anos 1970 esteve marcado pela inflação alta e o estancamento do crescimento na maioria dos países do mundo, gerando um novo termo: estagflação. Nesse contexto, os teóricos neoliberais começaram a ganhar espaço, tornando-se a única alternativa ao keynesianismo dominante desde a década de 1930. Em suas concepções, a intervenção estatal através do gasto público, característica das políticas fiscais do período, dificultavam tanto as empresas privadas quanto aos governos controlar a inflação e os custos, que poderia fazer possível o aumento dos benefícios, o verdadeiro motor de uma economia capitalista. Sustentavam que a mão invisível do livre mercado aos modos de Adam Smith produziria um maior crescimento da demanda agregada e a melhor distribuição possível das rendas pela teoria do derramamento¹ (Smith, 1991)².

-
1. “Concepto asumido por las teorías del crecimiento optimista de las décadas del ‘50 y ‘60, según la cual los frutos del crecimiento penetran en las capas más carenciadas a través de las fuerzas del mercado, en virtud de una mayor demanda de mano de obra y aumentos en la productividad y los salarios. Aun cuando los mercados fueran insuficientes para generar estos efectos, el crecimiento resultaba ser la base económica necesaria para que los gobiernos pudieran reducir la pobreza con medidas destinadas a corregir la distribución del ingreso implementando un sistema impositivo progresivo y de prestaciones sociales para los más carenciados” (Hemmer, 1995).
 2. “La estrategia económica de la década del 90 estuvo enmarcada en la ‘teoría del derrame’, es decir, en la idea de que el crecimiento automáticamente fluiría desde la cima de la pirámide social hacia abajo, sin necesidad de una

Como discurso, surge como solução aos problemas do capitalismo em 1947, na forma de uma sociedade liderada por Friederich Von Hayek. Entre seus notáveis membros estavam Milton Friedman e Karl Popper. No Estatuto fundador concluíam que os valores centrais da civilização estavam em perigo, com o possível desaparecimento da dignidade humana e da liberdade, que estariam em constante ameaça pelo manejo da política, e faria com que a posição dos indivíduos e grupos voluntários fosse destruída por um poder arbitrário. Eles pensavam que a história havia negado os padrões morais das teorias que questionavam a efetividade e conveniência das regras jurídicas, o que fez com que a propriedade privada e a competência de mercado fossem deixadas de lado. Sem esse poder difuso não se poderia imaginar uma sociedade que pudesse preservar a liberdade (Friedman, et. al., 1980).

O grupo se nomeou liberal pela sua aproximação às ideias tradicionais de liberdade individual, ainda que sua etiqueta neoliberal fosse por sua adesão aos princípios básicos de livre mercado que as economias neoclássicas que emergiram a meados do século XIX defendiam - devido ao trabalho de Leon Walras, Alfred Marshall e William Stanley Jevons, que sucederam as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo y Karl Marx, ainda que a economia neoclássica mantivesse a mão invisível de Smith como o melhor princípio para manejar-se, onde o desejo por maximizar utilidades e pelo bem estar equilibraria o mercado (Damico, 1986).

Ante o exposto, os políticos olhavam as teorias keynesianas como o antídoto para recuperar suas economias depois da Segunda Guerra Mundial, razão pela qual o incentivo da demanda e as políticas contra-cíclicas foram os principais instrumentos de política econômica desde a crise de 1930. Por outro lado, os neoliberais deslegitimavam essas teorias interventoras, porque para eles, a decisão estatal tendia a ser resultado da influência dos grupos de pressão, bem como o Estado teria informação imperfeita em relação aos preços. Hayk, autor de textos como a Constituição da Liberdade presumiu que a batalha pelas ideias era chave, e que demoraria pelo menos uma geração para impô-las, não somente como contraponto ao marxismo, mas também ao socialismo, ao planejamento estatal e ao keynesianismo. Eles tinham apoio financeiro e político de setores abastados dos Estados Unidos.

Como condição de possibilidade discursiva, as teorias neoliberais emergiram quando um grupo de economistas conhecidos como “Chicago boys” por causa de sua conexão com as teorias de Milton Friedman –que ensinava na University of Chicago– foi chamado a reconstruir Chile, país o qual o modelo de substituição de importações nunca funcionou bem. Foram eleitos porque Estados Unidos patrocinava o estudo de economistas chilenos na Universidad de Chicago (Bardon; Carrasco; Vial, 1985) desde os anos 1950, política adotada durante o contexto da Guerra Fria para contra-arrestar as tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados ali dominaram a Facultad Católica de Santiago.

intervención estatal a favor de una mejor distribución del ingreso. Con una importante dosis de tragedia, la historia demostró que el crecimiento económico, aún obtenido, no se transforma automáticamente en desarrollo social” (Dinatal, 2004, p.26).

Ao começo dos anos 1970, as elites chilenas se organizaram para opor-se a Salvador Allende através de um grupo chamado Club Lunes, que desenvolveu um trabalho com esses economistas financiados por institutos de pesquisa. Depois que o general Gustavo Leigh, o rival de Augusto Pinochet ao poder e keynesiano, foi deixado de lado em 1975, os economistas foram levados ao seu governo, onde tiveram como primeira função negociar empréstimos com o FMI. Trabalhando em conjunto com esta instituição, reestruturaram a economia chilena de acordo com as teorias de Friedman. As nacionalizações foram revertidas e as empresas públicas privatizadas, foram abertas competição à exploração dos recursos naturais –sem regulação–, a segurança social foi privatizada, o investimento estrangeiro foi facilitado e o livre mercado garantido. O direito das companhias estrangeiras repatriarem seus lucros desde o Chile foi protegido. O crescimento das exportações foi favorecido em lugar do modelo de substituição de importações. O único setor reservado ao Estado foi o do cobre, de importância central. Isso tornou viável a balança de pagamentos do país, levando ao crescimento econômico através da acumulação de capitais e altas taxas de juros nos investimentos, ainda que de curto prazo.

Sem embargo, em 1982, ante a crise da dívida das nações latino-americanas, Chile começou a aplicar estas políticas neoliberais de um modo muito mais pragmático que ideológico. Isso proveu a base das políticas econômicas neoliberais adotadas pelo Reino Unido de Margaret Thatcher e pelos Estados Unidos de Ronald Reagan. Não foi a primeira vez que um experimento conduzido na periferia se tornou um modelo de formulação de políticas no centro - muito no plano hipotético, tal como o imposto único foi proposto no Iraque pelos Decretos Bremer. O fato que duas reestruturações similares do aparato estatal tenham ocorrido em regiões diferentes e em tempos distintos sobre a influência coercitiva dos Estados Unidos sugerem que o poder desse país pode estar por detrás do rápido incremento das políticas neoliberais a partir dos anos 1970.

Entretanto, muito além dessa influência, se pode dizer que a ordem internacional pós II Guerra foi reconstruída para prevenir o retorno do colapso capitalista da década de 1930, bem como prevenir o retorno das relações interestatais de rivalidade geopolítica que levaram à guerra, e para isso, certo consenso entre capital e trabalho foi conseguido. Para Robert Dahl e Charles Lindblom, cientistas sociais que escreveram nos anos 1950, o capitalismo e o comunismo teriam falhado. O único caminho seria construir o tipo certo de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, inclusão, bem estar e estabilidade. Internacionalmente essa nova ordem foi levantada através das instituições de Bretton Woods³, ONU dentre outras, para estabilizar as relações internacionais. O livre mercado em bens foi incentivado sobre um sistema de câmbio fixo garantido pelos Estados Unidos através da convertibilidade em ouro. Entretanto, as taxas de câmbio fixas eram incompatíveis com o

3. Marca a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, atualmente Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

livre fluxo de capitais, e como os Estados Unidos deveriam permitir o livre fluxo de dólares⁴ além de suas fronteiras, utilizada como moeda de câmbio, o sistema existiu sobre o guarda-chuvas do poder militar americano, limitado pelas zonas comunistas.

Ao mesmo tempo, na Europa emergia uma variedade de líderes socialdemocratas intervencionistas. No Japão, sobre a influência norte-americana, se impôs uma democracia formal, mas na prática o Estado continuou a usar sua burocracia para reconstruir o país. O que todos esses Estados tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria enfocar no pleno emprego, no crescimento econômico, e no bem-estar de seus cidadãos e para isso a força estatal deveria ser livremente empregada, intervindo se necessário, mesmo que fora substituindo o processo de mercado. Políticas fiscais e monetárias foram aplicadas para estabilizar os ciclos econômicos e assegurar o pleno emprego. Os Estados intervinham na indústria, buscando o crescimento econômico desde o mercado interno. Isso realmente dava margem ao rent-seeking e as distorções de preço. Consequentemente os neoliberais tiveram poucos problemas para atacar as ineficiências e a rigidez das políticas keynesianas, quando estas já não se podiam manter a bordo. Assim, nos anos 1970, seguidos ao fim do regime de Bretton Woods, havia amplo espaço para aplicar o “limpador neoliberal” (Hobsbawn, 2007, p.411) na economia mista, com resultados que seriam mais benéficos que a política econômica corrente na época.

2. OS *Euromarkets* E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO VIGENTE

A fins dos anos 1960, o regime de convertibilidade implementado pelo sistema Bretton Woods permitiu uma supervalorização do dólar, devido ao aumento dos gastos públicos nos Estados Unidos, mais especificamente gastos militares, relativos à guerra do Vietnã, bem como pelos programas da Great Society. Ao mesmo tempo, circulava uma grande quantidade de dólares para fora dos Estados Unidos - esse país era destinatário das exportações mundiais, quando a União Soviética, necessitando liquidez, decide transferir seus créditos em dólares a um banco de propriedade estatal em Paris, o “Eurobank”, impulsionando a criação de um *euromarket* (Harvey, 2005).

No mesmo cenário, a ascensão do dólar como moeda fez com que empresas do mundo inteiro quisessem manter reservas nessa moeda tanto como bancos pedirem dólares como depósito. Como esses dólares não afetavam sua oferta monetária interna, alguns países

4. “O plano Marshall para Europa foi financiado em dólares para reforçar o peso do bilhete verde e assegurar a exportação de produtos norte-americanos”... “O dólar foi imposto e com ele a hegemonia norte-americana sobre o mundo ocidental”. Bulard, Martine. Washington pierde la iniciativa. El poder mundial se desplaza. [En: Le Monde Diplomatique, Paris, noviembre de 2008] .

decidiram que esses depósitos não necessitavam ser tão regulados como os de moeda corrente, gerando-se um mercado de empréstimos liberal, particularmente ao se comparar com as pesadas regulações do pós II Guerra Mundial. Ainda, como a regulação norte-americana posta em prática pelo Glass Steagall Act de 1933, impunha taxas de juros pagáveis nos depósitos bancários, os poupadores buscavam taxas mais atrativas em outros lugares. O imposto equitativo estabelecido em 1963 também contribuiu nas taxas pagas em negócios estrangeiros localizados nos Estados Unidos (Johnston, 1983).

Londres jogou em um papel fundamental no desenvolvimento dos *euromarkets*. Os empréstimos em dólares, negligenciados até 1958, tiveram um grande crescimento. Em 1973, Londres possuía quatro quintos do mercado, que era controlado pelas filiais londrinas de bancos internacionais, majoritariamente americanos, mas que contava também com franceses, alemães e japoneses. Como o maior incentivo ao desenvolvimento dos *euromarkets* era evitar as regulações nacionais, se desenvolveu um sistema em que se reduziram essas regulações, dando aos credores soluções fora dos marcos legais nacionais. O resultado lógico dos *euromarkets* foi a liberalização dos movimentos de capitais. Sem dúvida, eles foram uma das causas do fim das taxas de cambio fixas do regime de Bretton Woods, porque os bancos centrais somente seriam capazes de controlar as taxas de câmbio se pudessem controlar o fluxo de capitais, ao menos em curto prazo.

Consequentemente, em agosto de 1971, Estados Unidos saiu do Bretton Woods (primeiro provisoriamente, e depois de forma definitiva em 1973), permitindo o dólar flutuar, como modo de reverter à supervalorização de sua moeda, pois prejudicava as exportações. Assim, como as demais nações tinham sua moeda atreladas ao dólar, elas começaram a flutuar uma contra as outras, o que fez com que, como medida de estabilização, os bancos centrais aumentassem suas reservas pela emissão monetária.

Como resultado, houve uma depreciação do dólar norte-americano, bem como das outras moedas mundiais. Mas, como o preço do petróleo era cotado em dólares, os produtores de petróleo tiveram uma depreciação real porque recebiam o mesmo preço. Assim, a OPEP comunicou que cotizaria o preço do petróleo em relação ao ouro, levando a um choque do petróleo a meados dos anos 1970.

Em outubro de 1973, a OPEP anunciou que aumentaria o preço do petróleo em 70% porque seu valor estava depreciado, já que se manteve estável desde fins da II Guerra Mundial. No mesmo mês, os países árabes concordaram em cortar 5% da produção de petróleo em relação ao mês de setembro, até que seus objetivos econômicos, subida de preço, e políticos, especialmente no que se refere a guerra contra Israel, fossem alcançados.

Portanto, a relação entre a alta dos preços de petróleo, que afetava a indústria mundial, e a liberação dos mercados financeiros impulsionados pelos *euromarkets*, levou ao fim do sistema Bretton Woods, uma das causas das recessões e inflações persistentes dos anos 1980.

3. O NEOLIBERALISMO COMO DISCURSO

Ainda que Adam Smith não reconhecesse os aspectos mais extremos do neoliberalismo, algumas ideias centrais derivam do liberalismo. Entretanto, a crença em que as forças de mercado fossem separadas da produção real de bens e serviços tornando-se um fim em si mesmo é a diferença, por isso se fala em um neoliberalismo e não em liberalismo.

O neoliberalismo é uma teoria político econômica que propõe que o bem estar geral é melhor alcançado ao liberar-se as liberdades individuais em uma estrutura institucional caracterizada pelos fortes direitos de propriedade, livre mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar a estrutura institucional adequada á essas práticas. O Estado tem que garantir o valor da moeda, os direitos de propriedade e as instituições legais, usando a força se necessário para que se cumpram esses preceitos. A intervenção estatal nos mercados deve ser mínima porque não se pode responder eficientemente aos sinais do mercado (preços), uma vez que não se tem informação perfeita, e porque seus grupos de pressão poderosos vão inevitavelmente distorcer os incentivos na economia em seu próprio benefício. Contra essa política interventora do Estado, Friedrich Hayek escreveu em 1944 seu texto *“O Caminho da Servidão”* (Hayek, 1978) que consistiu em atacar todas as formas de “limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado denunciada como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica senão também política” (Anderson, 2003).

Segundo a posição neoliberal, a intervenção no âmbito social ou econômico é sempre considerada contraproducente e por isso defende o livre mercado como a forma mais eficiente de garantir o equilíbrio institucional e o crescimento econômico de um país. Esse livre mercado, considerado como o ambiente perfeito para o desenvolvimento das políticas neoliberais, pode ser definido como um sistema em que os preços dos bens e/ou serviços são determinados pelas leis naturais da economia, a oferta e a demanda, ao mesmo tempo em que gera uma maior facilidade para a realização de operações financeiras e comerciais. Consequentemente, observamos que o neoliberalismo valoriza o comércio de mercado como uma ética, capaz de atuar como guia das ações humanas, enfatizando o significado das relações contratuais. Determina que o bem social será melhor alcançado ao aumentar-se as transações na economia, levando as ações humanas ao espaço do mercado. Isso requer a criação de tecnologias de informação para acumular, transferir, analisar, e usar grandes bases de dados para guiar decisões no espaço global, fazendo com que emergja a sociedade da informação. Essas tecnologias comprimiram a crescente densidade das transações no mercado, tanto no espaço quanto no tempo. Quanto maior a faixa geográfica (ênfase na globalização) e mais contratos em curto prazo, maior a vantagem a ser ganha (Harvey, 2005).

Ou seja, a premissa funcionalista é a de que o sistema se compreende como uma forma capitalista pré-determinada. O Estado e o sistema político funcionam como um ideal. As diferentes formas de intervenção estatal são explicadas como uma expressão das necessidades funcionais de acumulação e reprodução de capital. Esses requisitos gerais de acumulação tais

como infraestrutura básica, sistemas legais eficientes e mecanismos de legitimação são tarefas que não podem ser feitas por capitalistas individuais devido à relação de competição, mas se necessita de um terceiro capitalista neutro, fictício. Assim, o terceiro neutro deve garantir que se cumpram essas metas no interesse de manter a sociedade capitalista (Schneider et al, 2002). Deste formato surge a influencia que o neoliberalismo pode exercer em toda a sociedade, como o caso do mercado laboral e das relações entre trabalhadores, profissionais, empresários e de como interagem com a própria economia.

Uma característica geral do neoliberalismo é o desejo de intensificar o mercado, aumentando a frequência e formalização das transações. Também, a ênfase na propriedade, clássica do liberalismo, foi substituída pela ênfase nos contratos. Nesse modelo, os prazos contratuais são reduzidos, especialmente no mercado de trabalho, então a frequência contratual é aumentada, o que significa uma mudança qualitativa na vida laboral: maior mudança de emprego durante a vida.

Deste modo, se criam mercados de interação intensiva ao modelo de mercado de capitais—um exemplo é o comércio de energia: não há uma relação entre crescimento do número de transações e um crescimento na produção. Transações artificiais são criadas para aumentar seu número (fim em si). O comércio de derivados financeiros em larga escala é um fenômeno neoliberal, apesar da existência dos derivados financeiros por séculos. Assim, é possível criar opções sobre as opções acumulando transações sobre transações. Novos derivados são criados em novos intercâmbios, como mercados futuros de eletricidade.

Por causa da expansão dos contratos, os custos de transação são centrais na economia neoliberal. Há sempre um custo de competição que aumenta à proporção que a intensidade da transação aumenta. O neoliberalismo chegou ao ponto em que esses custos superam os da economia existente, destruindo o lucro por mudança tecnológica. O próprio setor financeiro é, em si, um custo de transação: a expansão do setor e do emprego está em cotradição com a propaganda de mais eficiência e menos burocracia no livre mercado.

A criação de submercados também é uma consequência do neoliberalismo. A subcontratação é uma prática antiga, mas usualmente fora da empresa. Agora é uma prática padrão para que grandes companhias tenham competição entre suas próprias unidades constituintes. Uma grande companhia pode formar milhões de *holdings* e *joint ventures*, usando uma empresa individual como base.

Por fim a maximização da oferta: isso estende o número de empresas que competem por cada contrato. Se cada empresa compete por cada contrato oferecido, maximiza a competição e as forças de mercado. No caso do mercado laboral, as idéias neoliberais são flexíveis e possíveis de por em prática a cada empregado. Em realidade, um indivíduo não pode realizar todo o tipo de trabalho, mas há um desenvolvimento no sentido a empresas não especializadas, especialmente no setor de serviços. No neoliberalismo, em vez dos tradicionais *'steel tycoon'* ou *'newspaper*

baron' existem empresas que globalmente conectam pessoas, conhecimento e culturas ou implementam soluções para manejar seus problemas, um exemplo de sua inespecificidade ou do chamado multifuncionalismo. Assim, é possível dizer que essa economia sem amarras produto do neoliberalismo também apresenta como consequência um maior incremento da competitividade em diferentes setores da sociedade, desde os setores de produção e de serviços até a competição cada vez mais presente no mercado de trabalho.

O neoliberalismo estende o princípio do mercado para fora da produção de bens e serviços. Um empresário é visto como alguém cuja profissão é responder às forças do mercado. Portanto, uma demanda central do liberalismo é que os empresários devam ter controle sobre a economia. Isso não somente foi aceito, mas também foi incorporada à sociedade ocidental, a chamada "*business community*" criada nos Estados Unidos. Essa elite tem suas preferências culturais e sua própria forma de linguagem - *sociolect*. De fato, eles controlam a economia dos Estados democráticos liberais. Apesar disso não ter sido previsto pelos antigos liberais, o livre mercado se tornou uma ideologia que apoia essa elite. Sua cultura, atitude e ética influenciaram o neoliberalismo.

4. A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008: EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DISCURSIVA

Ao final da década de 1990, um crescimento expandido da China juntamente com outros países emergentes fez com que a dívida interna dos Estados Unidos aumentasse. Mas o crescimento do débito sustentou a economia norte-americana e a demanda global. Ao mesmo tempo, a produção de baixo custo da China, bem como dos demais países emergentes, e a integração desses à economia global reduziu as pressões inflacionárias. Conjuntamente com as reservas monetárias dos países em desenvolvimento, por influência das condicionalidades do FMI, contribuiu para que as taxas de juro baixassem, expandindo o crédito, sustentando a economia dos Estados Unidos primeiramente, e consequentemente a mundial.

Portanto, essa crise tem suas origens na resposta à crise de 1987, o colapso do mercado de capitais, quando o presidente da Federal Reserve, Alan Greenspan abriu linhas de crédito para garantir a estabilidade do mercado. Os primeiros anos da década de 1990, seguidos à recessão de 1991-1992, se caracterizaram por um crescimento lento sem uma recuperação do trabalho. No entanto, desde 1996 houve uma mudança: o crescimento das ações no mercado de capitais levantou a economia norte-americana, a exuberância irracional.

Entretanto, depois de uma tentativa de aumentar as taxas de juros, as quais Wall Street se mostrou hostil, o Fed voltou a recortar as taxas. Quando a crise asiática estourou, o presidente norte-americano Bill Clinton se referiu a ela como um "acidente" enquanto Alan Greenspan insistia que era resultado de uma falha crônica do capitalismo asiático em adotar o "livre mercado", pelo seu papel intervencionista no desenvolvimento de suas nações, uma vez que,

com o colapso da União Soviética, a superioridade histórica do livre mercado anglo-saxão ficava clara, ou seja, o livre mercado era a única verdade para o crescimento econômico.

Sem embargo, poucos meses depois ficou claro que a crise da Ásia foi o sintoma de algo mais profundo: em agosto de 1998, a Rússia entrou em *default*, e em setembro o *hedge fund Long Term Capital Management* teve que ser resgatado com US\$ 3 bilhões, com medo que um colapso levasse a uma crise financeira sistêmica. A resposta do Fed foi cortar a taxa de juros. Como resultado, a tempestade econômica foi aparentemente rápida e a economia dos Estados Unidos teve um boom no final da década, levando a ser definida como a “nova economia”. De fato, quando o mercado de capitais atingia recordes de alta, o boom começava a dar sinais de calmaria e os lucros gigantescos de companhias como Enron e World.com se revelaram fictícios. Em 2000 a bolha dos mercados de capitais voltou a estar em voga e a economia norte-americana entrou em recessão, perdendo 3 milhões de postos de trabalho (Krugman.P,2009)

Porém a recessão durou pouco tempo, e logo a economia norte-americana começou a demonstrar sinais de recuperação entrando novamente em um ciclo positivo. Apesar de que a recuperação se devia aos incentivos dados ao aumento do consumo, esse não foi resultado de salários mais altos e do incremento da oferta de empregos- os salários reais se mantiveram estacionários- mas de um aumento do débito do consumidor, o que foi possível por um corte nos juros que favoreceu a obtenção de créditos ao consumidor. Isso incentivou a bolha imobiliária, que com as hipotecas alimentou o aumento dos gastos em consumo, possibilitando a queda dos juros, e permitindo o crescimento econômico, devido ao investimento chinês, que tinha muito capital em títulos dos Estados Unidos.

Essa reciclagem do superávit comercial chinês no sistema financeiro norte-americano parecia completar o círculo virtuoso. O fluxo de capitais através da dívida do US Treasury tornou possível o Fed manter as taxas de juros baixas, que aceleraram o mercado imobiliário, aumentando o gasto em consumo -com empréstimos originados das hipotecas desses imóveis-, aproveitando-se o excesso de oferta monetária chinesa, bem como aumentando o superávit chinês com os Estados Unidos, o que era reinvestido no mercado financeiro norte-americano. Esse processo, similarmente ao aumento das reservas dos países emergentes, principalmente na América Latina, que também era reinvestido em títulos públicos norte-americanos foi o centro do crescimento da economia mundial depois da recessão dos Estados Unidos de 2000-2001, ainda que esse crescimento fora extremamente desigual.

A injeção de grandes somas de crédito no sistema financeiro internacional foi a chave que sustentou a economia global, o que fez com que se construísse uma economia global mais integrada, comprometendo a todos na estabilidade do sistema. Os mercados de capitais cresceram mais rápido que o PIB nominal a cada ano desde 1981, com exceção dos períodos de 1987 e 2001-2002, por um aumento das transações de mercado, com implicações financeiras, sendo um objetivo em si mesmo, eminentemente prescrições neoliberais, aumentando a renda nacional- ou seja, um grande excedente de capitais para se reemprestar.

Sem embargo, essa medida não podia sustentar-se no longo prazo, visto que antes de 1995 a razão do PIB com a renda pessoal nos Estados Unidos era de entre 3.4 para 1. Mas, apesar da redução da poupança, a razão ficava em 4.1 para 1 em 2005. Um cenário de longo prazo implicaria na queda da renda pessoal de aproximadamente \$10,000 bilhões. Com tendências similares no mundo, as perdas totais globais poderiam chegar \$30,000 bilhões. O McKinsey Global Institute, no mesmo ano de 2005, analisou os investimentos globais, vendo que eles chagaram a US\$ 140 mil bilhões, o que era mais que três vezes o PIB global- no ano de 1980 o estoque financeiro e o PIB eram praticamente iguais.

Ao analisar o mercado imobiliário norte-americano, se percebe que os títulos- ações- das dívidas das hipotecas derivaram seus valores não dos ingressos esperados pelos pagamentos- estava claro que no caso das subprimes não havia possibilidade de mantê-lo, além da expectativa de que o valor do título, o bem, a casa, se manteria crescendo conquanto o crédito também crescesse impulsionando o mercado. E um mercado em ascensão significaria que riscos mais altos poderiam ser tomados porque o capital que estava garantindo o débito, neste caso, o imóvel, se valorizaria mais (Schiller, 2008).

A evolução das subprimes demonstra com clareza o sistema que fez possível a crise financeira mundial. Em 2001, as subprimes valiam 8,6% do PIB dos Estados Unidos, equivalente a \$190 bilhões, de origem imobiliária. No final de 2005 haviam subido a 20% do PIB- US\$625 bilhões. Essas hipotecas eram vendidas na forma de produtos financeiros. Em 2005 as chamadas subprimes asseguradas eram equivalentes a US\$ 507 bilhões. Como no passado os bancos assumiam o risco, e no novo mundo financeiro globalizado, a tomada de risco era muito extensa para que fosse feita por eles, os originadores de hipotecas as vendiam a outras instituições. O originador (banco) não tomava o risco, mas agências contábeis como Standard and Poor's e Moody's and Fitch o avaliavam. Eles tiveram uma importância fundamental, garantindo que a dívida subprime e outras hipotecas de risco tivessem uma alta qualificação, até porque era seu interesse fazê-lo assim.

Considerando que as taxas pagas às agências que avaliavam os riscos dos títulos de hipoteca eram duas vezes mais altas que os títulos de empresas –o ramo tradicional dessas firmas– elas tinham incentivos para sobre avaliá-los- *rent-seeking* no sistema, e uma crítica neoliberal em relação ao Estado. Moody's and Fitch levou 44 % de seu lucro em 2006 por avaliar finanças estruturais - empréstimos estudantis, crédito ao consumo e hipotecas (Wray, 2007, p.21).

A expansão creditícia aumentou os preços dos imóveis, mas levou, obviamente, a um aumento da dívida. Enquanto o mercado imobiliário cresceu de US\$10 mil bilhões em 1997 para mais de US\$20 mil bilhões em 2005, as dívidas hipotecárias cresceram mais rapidamente - de \$2 mil bilhões em 1997 para \$10 mil bilhões em 2005 (op. cit., p.27).

O mecanismo principal para a criação desta bolha financeira foi a securitização das hipotecas- a venda de um grande número de hipotecas em pacotes de dívida, que deveria reduzir o risco nos

balanços dos bancos e outras instituições financeira. Entretanto, como esse risco foi vendido por organizações que não cotizavam na bolsa- os “*Structured Investment Vehicles*” (SIVs)- o aumento do rol das hipotecas subprimes na criação desses títulos seguros significou uma rota de duas vias, porque os bancos agora compravam os pacotes de hipotecas originados por organizações que não tinham interesse em avaliar que eles eram de boa qualidade. Isso significava que os bancos tinham dívida de tomadores de crédito que nunca foram avaliados. Esse processo, que retornou grande lucro, se baseou em uma premissa: A oferta constante de crédito ia assegurar que os preços dos imóveis continuassem subindo e não se necessitaria avaliar o risco em caso de default porque o ativo poderia ser simplesmente vendido, ganhando-se mais que o valor da compra.

Esse sistema funcionou por quase uma década desde 1994 e somente começou a dar problema em 2005-2006 quando o crédito declinou. Em 2004 o índice Schiller para preços de imóveis cresceu 20% em relação a 2003 e em 2006 reduziu 5%.

Como a bolha imobiliária não considerou que a renda da maioria das famílias americanas não crescia, e que esta deveria ser usada para pagar a hipoteca, o PIB crescia enquanto o salário caía. Ainda que o problema vá mais além das subprimes hipotecárias- no mercado comercial as firmas aproveitaram as taxas de juros e aumentaram seu estoque de dinheiro, aumentando a dívida de curto prazo- esse sistema levou uma porcentagem muito importante de papéis sem valor em relação ao PIB, possuídos por grandes corporações financeiras com atuação internacional, desde a fusão de grandes empresas, porque se preferia acrescer o capital por esse meio que por aumento dos investimentos- de longo prazo- bem como pela desregulação das instituições financeiras, tanto em nível de Estados Unidos quanto mundial (flexibilidade das leis de Basiléia).

No cenário atual, a crise começada nos Estados Unidos se estendeu ao mundo. Mesmo que seu foco seja as subprimes dos Estados Unidos, sua causa é a globalização das instituições financeiras. Empresas transnacionais que compraram esses títulos hipotecários reservas de países emergentes em forma de títulos da dívida do Tesouro norte-americano, a necessidade de se manter o mercado dos Estados Unidos para garantir o superávit comerciais de nações como a China, o livre fluxo de capitais em um mundo mais interdependente, faz com que essa crise tenha efeitos globais.

Entretanto, com a queda dos salários reais, as hipotecas tiveram um rol essencial em financiar o consumo entre os grandes setores da população, ainda que sua utilização na busca pelo lucro, dentro de um sistema discursivo do mercado como um fim em si mesmo, e portanto com uma distribuição eficiente- no entendimento neoliberal- da renda, fez com que o sistema financeiro internacional colapsasse, gerando contágio em todas as nações, mesmo aquelas que seguindo as regras neoliberais-reservas, políticas fiscais e monetárias ortodoxas, políticas não discricionárias- demonstrando que mais que uma disciplina definida metodologicamente a priori, a economia depende de um jogo de poder e, portanto, deve ser analisada desde um enfoque político, em que o mercado- ou outra forma de intercâmbio-sirva a sociedade.

5. CHINA E O NEOLIBERALISMO

Em 1978, Deng Xiaoping formulou sua política de reforma econômica e abertura ao exterior durante o XI Comitê Central do Partido Comunista da China. Tal reforma consistia na política das “quatro modernizações” criada pelo primeiro-ministro Zhou Enlai. Essa política propunha que quatro setores eram fundamentais para o crescimento, a agricultura, a indústria, a tecnologia e a defesa e, portanto, deveriam modernizar-se, pois o resultado obtido seria o desenvolvimento das forças produtivas e logo, da economia.

Em 1979 China retoma relações diplomáticas com Estados Unidos depois de um longo processo de negociações iniciado em 1972 pelo então primeiro-ministro Zhou Enlai, começando assim um período de grandes mudanças no modelo estrutural da economia chinesa nos moldes capitalistas e que consistiram primeiramente em reestruturar o Partido Comunista, abordar uma modernização econômica gradual⁵, retorno da exploração rural familiar⁶, reestabelecimento do comércio privado e abertura do país a entrada de capitais, técnicas e a produtos estrangeiros. Nesse mesmo período também foram criadas as chamadas Zonas Econômicas Especiais com o objetivo de atrair o ingresso de capitais estrangeiros. Como se não fosse suficiente tais zonas econômicas especiais foram localizadas próximas a Hong Kong e a Taiwan, além de receberem a concessão de vantagens fiscais e aduaneiras como forma de favorecer uma maior competitividade na região.

Com o reconhecimento diplomático da República Popular de China por parte de Estados Unidos, este abandona as relações comerciais que mantinha com Taiwan e passa a moldar os vínculos de uma parceria comercial com China, esta última deu início a um ambicioso plano de abertura e liberalização econômica. Durante a década de 80, liderada por Deng Xiaoping, China experimentou a expansão de sua economia e no plano político negociou com o Reino Unido a devolução do território de Hong Kong⁷. Na Declaração Conjunta Sino-britânica o governo chinês se comprometeu a respeitar o sistema econômico e as liberdades individuais da então colônia britânica pelo menos durante os cinquenta anos seguintes à devolução do território. Assim começa a relação entre China e Ocidente, a prima facie de um modo puramente comercial, porém se observamos as entrelinhas veremos que os primeiros passos dessa relação não apenas rendeu frutos a China no âmbito econômico, mas também garantiu

-
5. Em 1992, durante o XIVº Congresso do Partido Comunista, o conceito de economia socialista de mercado foi oficialmente sancionado.
 6. O retorno da exploração rural familiar gerou um aumento tanto da produção como do consumo, já que gradualmente o sistema de comunas foi progressivamente desfeito e os camponeses começaram a gozar de certa liberdade para administrar as terras que cultivavam e para vender o que colhiam.
 7. Em 19 de dezembro de 1984 marcou a assinatura da Declaração Conjunta Sino-britânica, que acordava a devolução do território de Hong Kong, por parte do Reino Unido da Grã-Bretanha, a China em 1997. Do mesmo modo Portugal decidiu entregar Macau a China em 1999, assinando um acordo nos mesmos moldes da Declaração Sino-britânica.

uma aproximação política com Ocidente. Por outro lado, é importante ressaltar que muito além de marcar a abertura da economia chinesa, demonstra sua reinserção e a readaptação do seu sistema econômico ao modelo capitalista liberal que vigorava no final dos anos 80. Tal afirmação é ainda mais clara se analisamos o contexto interno chinês que foi marcado pelas violentas repressões às manifestações em massa dos estudantes que protestavam contra a corrupção e a falta de liberdade na Praça Tian'anmen, e que, ainda assim, não importava ao governo comunista chinês o que pensaria o resto do mundo desde que a liberalização econômica mantivesse o seu rumo. "Desde então, a modernização econômica se transformou em uma prioridade, substituindo uma planificação pelo mercado, mobilizando seus ingentes recursos de mão-de-obra, abrindo-se ao mundo e tornando-se a fábrica do mundo" (Claudio, 2008).

Meados dos anos 80 o objetivo do governo chinês foi o de incentivar as empresas exportadoras e os investimentos estrangeiros, aplicando um regime aduaneiro preferencial. Esse regime aduaneiro consistia em aplicar isenções a aquelas importações que ingressavam ao território chinês para serem montadas ou transformadas e posteriormente exportadas. Essa prática terminou por estabelecer um regime comercial dual, um para aqueles bens que eram montados com a finalidade de serem exportados e outros para os que tinham como destino abastecer a demanda de consumo interno.

Durante a década de 90 as autoridades chinesas reduziram drasticamente suas tarifas aduaneiras, sendo que até então, o regime de importação na China estava submetido às altas tarifas aduaneiras. Somente em 2001, depois de uma espera de quinze anos a China foi reincorporada a OMC⁸, e é justamente o período mais intenso do processo de liberalização de sua economia. O argumento utilizado pelos líderes chineses era de que a sua aceitação na OMC aceleraria o processo de liberalização iniciado anos antes, ao mesmo tempo que impediria a discriminação comercial dos produtos chineses e beneficiaria as indústrias intensivas em mão-de-obra na qual China possuía vantagens comparativas. Por outro lado, também favoreceria a importação de uma maior variedade de produtos aos quais seus consumidores chineses teriam maior acesso. Do mesmo modo, também argumentaram que com seu ingresso poderiam utilizar o mecanismo de solução de controvérsias da Organização e participar da formulação das novas regras do regime internacional de comércio.

É importante ressaltar que o processo de adesão da China a OMC foi dirigido por um grupo de trabalho formado pelos governantes dos países membros interessados, especialmente pelos Estados Unidos⁹. Para integrar a OMC a China acordou assumir uma série de compromissos

8. A China foi membro fundador do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) em 1948, mas se retirou depois da revolução de 1949.

9. Em um primeiro momento Estados Unidos, governado pelo então presidente Bill Clinton, argumentou que a adesão da China a OMC era fundamental a seus interesses, pois o mercado chinês seria um importante destinatário dos produtos e serviços norte-americanos.

a serem cumpridos durante um lapso de tempo previamente estabelecido. Os principais compromissos estão contidos no Protocolo de Adesão e em seus anexos, compreendendo os acordos resultantes das negociações entre China, como país solicitante, e os parceiros comerciais interessados. Os compromissos chineses envolviam:

- O fim da discriminação de bens e serviços de outros membros da OMC;
- A revisão da legislação comercial chinesa para que estivesse de acordo com as regras da organização;
- O fim dos subsídios a produtos agrícolas e a exportação;
- A ampliação do acesso a mercado;
- Aplicação do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao comércio (TRIPS)¹⁰;
- Acordou ainda a eliminação das práticas de preços duais para bens nacionais destinados ao consumo e para bens destinados a exportação¹¹;
- Devia acabar com a prática de controle de preços como forma de proteger a indústria de bens e serviços nacionais;
- Reduzir as barreiras ao comércio e permitir o acesso a seu comércio de bens;
- Reduzir as tarifas de importação;
- Deveria abrir o setor de telecomunicações e serviços financeiros a concorrência internacional;
- O regime de Zonas Econômicas Especiais deixou de existir¹²;
- Estabelecimento de um prazo de três anos para que as empresas estrangeiras pudessem exportar e importar de ou para a China.

10. Este último compromisso passava a vigorar a partir da data de adesão, pois eram recorrentes as acusações de violação de direitos de propriedade intelectual por parte da China.

11. Esta prática de regime de preços dual já era exercida desde meados da década de 80.

12. Ao deixar de existir o regime de Zonas Econômicas Especiais o governo deixava de definir a quais regiões seriam direcionados os investimentos estrangeiros.

No entanto, por mais que essa submissão do comércio chinês as regras comerciais internacionais impostas pela OMC deem a entender que China cedeu às pressões impostas, na realidade significou uma maior liberdade de movimento em todos os âmbitos do mercado internacional atual, permitindo dessa forma integrar-se a um sistema que lhe dá amplas possibilidades de comercializar e vender seus produtos a todo o globo. Cabe ressaltar a grande capacidade produtiva da China considerando a imensa oferta de mão-de-obra a baixo custo da qual dispõe, somado ao compromisso de liberalização comercial, promoção de maior integração a economia mundial e de um ambiente mais previsível para os investimentos externos e o comércio internacional. Sem embargo, ainda que China haja realizado importantes mudanças e haja incorporado diversos recursos neoliberais a sua economia- o chamado capitalismo de Estado-, isso não quer dizer que o Estado chinês haja deixado de manter o controle sobre certas questões econômicas.

É relevante notar que em 1999, a posição da China no cenário global era vista como sem influência necessária para moldar a política internacional, como reflete o artigo “Does China Matter”, em que seu autor defende que a China é irrelevante para orientar a política exterior dos Estados Unidos (Segal, 1999).

Durante o processo de reincorporação da China a OMC, ainda que esta haja aceitado as condições impostas, Zhu Ronqji, primeiro ministro chinês durante a etapa final do processo, “não abriu demasiado as comportas”, continuando o processo de abertura do mercado chinês, porém o controle estatal permaneceu em certos setores da economia. Em geral a China, manteve certas barreiras de segurança, sendo que essa posição foi mantida por todos os sucessores de Zhu Ronqji. Em vários informes do FMI China é acusada de manter uma baixa cotação de sua moeda e de não desregular seu mercado financeiro. Pesem as pressões e críticas internacionais, o fato é que China ainda possui um setor bancário nacionalizado, mantendo controle sobre o câmbio e uma gestão prudente de sua moeda. O modelo econômico chinês se apoia finalmente na produção e na exportação utilizando os recursos neoliberais a seu favor, mas sem abrir mão da intervenção pública.

Com a crise de 2008, China buscou desacoplar sua economia da norte-americana e dos países da União Europeia. Na atualidade, assinou vários acordos bilaterais, como com Venezuela, Rússia, Iraque e Irã, com o objetivo de assegurar seu aprovisionamento energético. Em 2007 Pequim apoiou a criação do Fundo Monetário Asiático com Japão e Coreia do Sul, com a finalidade de que esse fundo apoie e assegure uma solidariedade financeira entre os dez países do Sudeste Asiático (ASEAN) sem necessidade de que recorram ao FMI. Também estabelece laços cada vez maiores com América Latina.

China se estabeleceu como o principal impulsor do crescimento mundial. Esse processo sustentado de crescimento foi liderado principalmente pelos investimentos e pelas exportações. Porém, depois das recentes crises a demanda interna chinesa se transformou na principal fonte desse crescimento. Em 2009, depois do mundo enfrentar a prior crise em oito décadas,

a China continuou crescendo a uma taxa de 9,1%. Mesmo com as economias de Estados Unidos, Europa e Japão em contração a China conseguiu seguir seu ritmo de crescimento graças a um amplo conjunto de medidas de estímulo fiscal y monetária, acompanhadas de uma formidável expansão creditícia. Por outro lado, os crescentes vínculos da China com o mundo em desenvolvimento permitiram certo desacoplamento dessas economias com relação ao ciclo adverso das economias avançadas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O contínuo aumento do consumo e dos novos fluxos de investimento na China, no interior e no exterior, poderiam se transformar em um importante motor da economia mundial. Em parte, essas expectativas de crescimento mundial para os próximos anos dependerá da capacidade de potencializar os vínculos comerciais e de investimento com outras regiões do mundo em desenvolvimento, incluídos América Latina e Caribe¹³. Aqui vale comentar que importantes economias emergentes ainda não voltaram a alcançar os níveis de crescimento econômico positivo que ocorria antes da crise de 2008, situação que poderá modificar ou mesmo afetar as projeções de crescimento esperadas para os próximos 50 anos.

Nesse contexto é importante ressaltar o papel desempenhado pela China liderando a recuperação do comércio mundial depois da crise de 2008. Em todas as economias da região, China é uma fonte significativa de importações y para muitas um importante mercado de exportação. As estruturas comerciais estão bem definidas. China importa matérias prima de baixo valor agregado e nível tecnológico e exporta produtos manufaturados de crescente nível tecnológico. As únicas exceções são México e Costa Rica países com os quais possui um intenso comércio de produtos de alto valor tecnológico em ambas direções. É importante também mencionar o crescimento das IED por parte da China que se produziu em 2008. O fato de que a China haja sofrido com menos intensidade o impacto da crise de 2008 em comparação com as economias desenvolvidas demonstra a capacidade financeira das empresas chinesas para empreender projetos de investimentos nos últimos três anos, dando continuidade a sua estratégia de desenvolvimento. No caso de América Latina, essa recebe apenas uma pequena parte do IED que a China realiza em comparação a outras regiões. Ainda que as relações comerciais entre China e América Latina hajam alcançado um nível significativo em apenas dez anos, os fluxos de investimento direto de ambos ainda são considerados muito baixos.

6. O CONSENSO DE BEIJING COMO DISCURSO

Após décadas de uma política exterior discreta, os líderes chineses perceberam que para manter o crescimento econômico e a estabilidade política doméstica deverão atuar ativamente fora de suas fronteiras. Aliada á nova legitimidade das decisões político-econômicas chinesas, Beijing lançou uma estratégia mais agressiva, destinada a remoldar as instituições globais.

13. La República Popular China (CEPAL).

Nos últimos anos, o poder e a influência da China em relação aos outros Estados superou as expectativas de seus próprios líderes. Baseado na nova posição conquistada pelo país, o comportamento da China se tornou cada vez mais assertivo, demonstrado por sua forte reação à cadeia de eventos acontecidos em 2010: a decisão de Washington em vender armas à Taiwan, exercícios militares conjuntos entre Estados Unidos e Coreia do Sul no Mar Amarelo e a detenção japonesa de um marinheiro chinês resgatado em águas sob disputa. Nesse contexto é imperativo para a comunidade internacional entender o pensamento estratégico chinês.

Sob a presidência de Hu Jintao, Beijing desenvolveu nos últimos anos uma política social orientada para promover o rápido crescimento econômico enquanto enfatiza a boa governança, melhorando a rede de proteção social, protegendo o meio ambiente e encorajando a inovação independente, diminuindo as tensões sociais e aperfeiçoando o sistema financeiro enquanto estimula o consumo interno. Enquanto as exportações chinesas sofreram com a crise econômica global desde 2008, a necessidade dessas transformações políticas e sociais se tornaram mais urgentes. Com isso em mente, os líderes chineses redefiniram o propósito da política exterior chinesa. Como Hu Jintao anunciou em julho de 2009, a diplomacia chinesa deve “salvaguardar os interesses de soberania, segurança e desenvolvimento”.

Outra transformação se está desdobrando na diplomacia chinesa: está se tornando mais multilateral conforme ganha importância internacional. Os líderes chineses passaram a maior parte da história recente do país proclamando sua falta de interesse em moldar as instituições globais.

Enquanto o Consenso de Beijing se legitima como política econômica, a China ganha vantagens ao exercer poder desde esse discurso, moldando as instituições internacionais, pois para preencher suas necessidades domésticas, é necessário uma estratégia global mais ativa. Assim, garantir a oferta de recursos naturais requer não somente uma agenda de comércio e desenvolvimento bem organizada, mas também uma estratégia militar expansiva.

O grau em que o desenvolvimento está mudando a China é importante, mas o mais importante é que as novas ideias chinesas estão tendo um impacto gigantesco fora do país. A China está abrindo caminho para que outras nações ao redor do mundo descubram como desenvolver seus países, além de se inserir na ordem internacional de um modo que possam ser independentes, protegendo seu estilo de vida e escolhas políticas, em um mundo que tem um centro de gravidade único e massivo.

Esse consenso é flexível o suficiente para ser classificado como uma doutrina. É definido pela vontade de inovar e experimentar, por uma defesa ativa das fronteiras e de seus interesses e pelo aumento da acumulação de ferramentas de projeção de poder assimétrico. É pragmático e ideológico ao mesmo tempo, um reflexo da antiga filosofia chinesa, a qual faz pouca distinção entre teoria e prática. O Consenso de Beijing é tanto sobre mudança social quanto econômica. É sobre a utilização da governança e a economia para o desenvolvimento social.

O Consenso está baseado em três teoremas sobre como organizar o lugar de um país em desenvolvimento no mundo, juntamente com um par de axiomas, reposicionando o valor da inovação. Em vez do argumento de que países em desenvolvimento devam começar com tecnologia básica, se insiste na necessidade da inovação para criar mudança, ou seja, esse primeiro teorema tem por objetivo utilizar a inovação pra reduzir as perdas por fricção com a reforma.

O segundo teorema é que, desde que o caos é impossível de controlar desde um níveis superior (ou seja, vetorialmente, de cima para baixo), é necessário um conjunto de novas ferramentas. Buscam medidas que vão além do PIB per capita, e enfoca na qualidade de vida, a única forma de manejar a massiva contradição do desenvolvimento chinês. Esse segundo teorema demanda um modelo de desenvolvimento onde a equidade e a sustentabilidade são considerações de primeira ordem e não luxos, porque a sociedade chinesa é instável, somente esse tipo de teoria do caos provê informações com significado. Essa é a razão pela qual sociologia e gerenciamento de crises são as matérias mais em voga entre o pensamento e o discurso chineses no momento. O terceiro teorema é o da autodeterminação, que utiliza o escalonamento para lidar com poderes hegemônicos.

Esse modelo de inovação levou ao crescimento, o que ecoou em algum nível pelo renascimento da economia indiana, o que pôs as ideias antigas de desenvolvimento de lado. Sugere que criar pontos de alto crescimento econômico é mais importante que construir por etapas a economia, o que leva a um dinamismo produtivo que muda e sobrevive aos choques de desenvolvimento. Além disso, como há um controle estatal poderoso, os experimentos sociais podem ser desligados antes que tenham causado maiores danos.

O país que no passado praticou comunismo com características chinesas, agora tenta praticar a globalização com características chinesas.

Em um sentido amplo, a dominação econômica é a capacidade que um Estado tem em usar seus meios econômicos para impor sua vontade aos demais. Esses meios incluem o tamanho da economia do país, o tamanho do comércio, a situação financeira, dinamismo tecnológico e seu status internacional. Com a ascensão da legitimidade do Consenso de Beijing, a China exercerá uma influência crescente no cenário internacional, criando uma condição de possibilidade para o domínio econômico chinês no mercado global, impulsionando seu ganho de posição na *realpolitik*.

7. A APLICABILIDADE DO CONSENSO DE BEIJING COMO TEORIA ECONÔMICA E O IMPACTO NO SISTEMA FINANCEIRO-ECONÔMICO MUNDIAL

O processo de reforma e abertura, que começou no fim dos anos 70, precipitou uma série de reformas nas últimas três décadas que produziram uma mudança revolucionária. As instituições econômicas chinesas, seus padrões de mobilidade social e interação, valores e até mesmo o Partido Comunista foram transformados. Esse processo também produziu uma das histórias de sucesso econômico mais importante do último século. A China é hoje a segunda maior

economia global e a maior nação exportadora do mundo. Havendo cientistas econômicos que afirmam que logo a mesma chegará a substituir os Estados Unidos, pelo menos no aspecto de liderança internacional no plano econômico mundial¹⁴.

Através de um aumento do setor de exportação, um fluxo contínuo de capital e gerência da cotação da moeda, seus bancos estatais possuem hoje a maior reserva de moedas estrangeiras do mundo. Em menos de 30 anos mais de 350 milhões de chineses saíram da pobreza. Milhares de empresas chinesas operam através do mundo em desenvolvimento, rejuvenescendo economias previamente moribundas com seus investimentos. Líderes da Venezuela, Camboja e República Democrática do Congo deram as boas-vindas aos investimentos chineses.

O que está acontecendo na China no momento não somente é um modelo para o país, mas também começou a remodelar todo o cenário internacional. Enquanto os Estados Unidos perseguiram políticas unilaterais para proteger os interesses norte-americanos, a China está usando recursos em várias áreas essenciais das relações internacionais para tornar a ação ainda hegemônica dos americanos mais difíceis.

A China está procurando desenvolver sua própria tecnologia e standards para produtos, tentando usar as instituições internacionais para promover o seu padrão. A China também tem tomado iniciativas para proteger seus recursos estratégicos, compelindo empresas estrangeiras a manufaturar na China, processo pelo qual os chineses minaram normas de comércio internacional, como exemplo a restrição às exportações de terras raras impostas por esse governo. O mundo se acostumou aos impactos globais da revolução econômica chinesa. China é uma superpotência comercial e de investimentos, uma grande compradora da dívida norte-americana e uma grande jogadora no mercado mundial de commodities. Agora, Beijing procura remoldar o comércio e investimento internacional, como demonstrado pelo esforço chinês em modificar o dólar como moeda de reserva mundial.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONSENSO DE BEIJING E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

O neoliberalismo não é simplesmente uma estrutura econômica filosófica que se impôs através do uso dos discursos científicos, coincidente com uma crescente aproximação teórica

14. Nos últimos anos surgiu uma vasta literatura no que tange a possibilidade de que a China substitua os Estados Unidos e assuma um rol mais incisivo na liderança internacional. Essa idéia fez com que surgissem vários questionamentos com relação ao fato de que alguns posicionamentos chineses são um quanto controversos, especialmente com respeito a liberdade de expressão, colocando a mesma no patamar de um modelo de governo autoritário. Por essa razão chamamos especial atenção a esse ponto já que o objetivo de todo trabalho de pesquisa é, além de levantar as problemáticas existentes e propor soluções, a de incentivar a produção de novos trabalhos científicos.

da economia com as ciências exatas. Como filosofia e discurso “verdadeiro” influenciou a elaboração de políticas nos últimos 30 anos. Na política europeia, o medo do neoliberalismo dominou a campanha francesa contra a Constituição Europeia e houve um lobby neoliberal na União Europeia, representado pelo Conselho de Lisboa.

Como se poderia esperar de uma filosofia, o neoliberalismo oferece resposta a questões tais por que existimos e que devemos fazer. Existimos para o mercado e devemos competir. Neoliberais tendem a crer que os seres humanos existem para o mercado e não o revés: no sentido de que é bom participar do mercado e aqueles que não participam falharam de alguma forma. Assim, toda a vida social está regulada pelos princípios maximizadores do mercado, e mesmo que essas “transações” não sejam monetizadas, demonstram como o neoliberalismo atuou em uma área não econômica da vida.

A aplicação de sua teoria à prática é recente, mas suas consequências mudaram o modo de relação social. O reflexo mais importante é que todos devemos viver nossas vidas de acordo com esses preceitos, o que faria com que toda nossa existência social fosse escolhida pelas forças de mercado. Para os neoliberalistas não é suficiente que haja um mercado, mas que não deva existir nada que não seja mercado, ou seja, há uma fusão entre economia e sociedade. Nesse sentido, o neoliberalismo retornou o liberalismo clássico, que também combinava valores e éticas à economia, mas o neoliberalismo traz um sentido mais intenso e amplo: o que substitui não somente as formas tradicionais sociais, mas o conceito de vida privada, ao mesmo tempo que o mercado se distancia da necessidade de produção, mas existe como um fim em si mesmo.

Como discurso predominante na orientação econômica mundial desde os anos 1980, o neoliberalismo influenciou a construção do sistema financeiro atual. Ainda que a globalização financeira nos termos atuais tenha começado a ser estruturada desde fins dos anos 1960, impulsionada pelos *euromarket* e petrodólares, aumentando a oferta monetária internacional com incentivos ao endividamento, e conseqüentemente causa das crises de dívida nos anos 1980, tendendo a não regulação, afinal esses dólares não afetavam a política monetária dos países europeus, as concepções neoliberalistas fizeram possível um sistema financeiro mais interdependente transnacionalmente. Buscando expandir o mercado ao máximo possível, criando opções sobre as opções, traduzidos em termos financeiros aos derivativos, a teoria neoliberal tornou possível um mercado financeiro global, onde a liberação se tornava institucionalizada como forma de obter mais lucro, em uma lógica onde os indivíduos tomam ações visando maximizar seu lucro.

Associado a culturas específicas –especialmente a norte-americana– bem como por uma linguagem- o inglês-, não é surpreendente que o liberalismo anglo-americano tenha influenciado a ideologia neoliberal. É verdade que uma única língua global facilita o livre comércio- mas poderia ser qualquer outra. Na prática, a promoção da língua inglesa e as políticas neoliberalistas e pró-americanas vão juntas: isso é verdade especialmente na Europa Central e do Leste, onde suas concepções impulsionaram muita “destruição criativa” não somente às estruturas

institucionais e poderes tradicionais (redefinindo até o conceito de soberania estatal), mas também na divisão do trabalho, relações sociais, provisões do Estado de bem estar. Por tanto, redefinimos nossas preferências, caracterizando pelas de curto prazo, inclusive nas instituições relativas à cultura, profissão, sexo, emoção, família, domínios internacionais e política.

Portanto, as decisões de curto prazo- expandido o mercado em infinitos lapsos temporais- e o aumento das transações por si mesmas, cada vez mais separadas do nível real de produção, moldaram o mundo em que vivemos, com um grande impacto na globalização financeira. Em um sistema sem entraves ao capital, havia um incentivo cada vez maior à busca pelo lucro, movendo-se sem fronteiras assumindo riscos que poderia desestabilizar a ordem mundial. Nessa busca, foram reformadas leis (revogação do Steagall Act) e regulamentações internacionais, de um modo cada vez mais amplo (novas normativas de Basileia) ironicamente utilizando-se o aparato institucional estatal para buscar renda. Como reflexo temos a crise de 2008, onde empréstimos de má qualidade- originários principalmente de Estados Unidos envolveram todo sistema financeiro com repercussões mundiais.

Como sistema filosófico-político o neoliberalismo foi a verdade econômica durante os últimos anos. Exerceu poder e através dele foi exercido, proporcionando vantagens a um sistema financeiro que buscava renda em si mesmo. Empréstimos negados a países em desenvolvimento, empresas privatizadas, gastos públicos cortados. Ainda que sem evidência que fora o caminho- ou o único caminho possível- foi preferido a outras teorias econômicas. A simples crença de que a empresa era boa e o governo mau- nas palavras do presidente Ronald Reagan “o governo não é a solução, senão o problema”- foi pretexto para reformas estruturais que impactam no nosso modo de vida e foram causa da atual crise.

Entretanto, mesmo em um “mundo” neoliberal, o governo Reagan foi responsável por 25% do PIB- nos países da Europa comunitária, era de quase 40%. Após 14 anos no poder, o mais ideológico dos regimes de livre mercado, o Reino Unido de Margaret Thatcher, impôs uma carga tributária maior que seu antecessor laborista. A China, comunista, foi a economia mais dinâmica e de rápido crescimento desde a queda do regime soviético.

Assim, ante uma crise no sistema, surge uma nova condição de possibilidade, e em busca de novas alternativas ao crescimento, a China se legitima como o país de maior êxito econômico no século XXI. Praticamente imune a crise, seu modelo econômico se transformou em paradigma para as nações que buscam soluções à recessão em que vivem. O Consenso de Beijing se tornou para muitos países a nova verdade econômica, legitimando uma nova praxis que vai além da economia, mas reestrutura as relações sociais.

Ao analisarmos as soluções emergentes de crises anteriores- keynesianismo e neoliberalismo- fica demonstrado como um discurso único pode ter resultados não favoráveis, uma vez que ao tornar-se conceito, um aparato discursivo se faz necessário. Se tiver êxito, esse conceito se torna senso comum e não é questionado. No caso do keynesianismo tivemos a forte intervenção

estatal por aumento dos gastos públicos que levaram aos cenários de hiperinflação e estagnação econômica. Quanto ao neoliberalismo, às condicionalidades do FMI que surgiram na década de 1950, como garantia da dívida e solução aos cenários de crises surgidas anteriormente, ficaram presas às premissas neoliberais, levando às crises auto-realizadas como a que vimos em 2008.

CONCLUSÃO

Discursos são sintomas de uma autoridade e de um poder organizado, sendo o desejo de definir e controlar. Assim, os que exercem um discurso dominante podem clamar serem seus árbitros, expertos e autoridade, fazendo-se necessários. Para manter essa ilusão de necessidade o discurso deve silenciar, marginalizar e obscurecer qualquer outro discurso que diz que toda a distinção é produto do evento discursivo. Portanto, quem toma a palavra deve apagar as arbitrariedades discursivas, mascarando sua criação da verdade para poder falar a verdade e conhecer a verdade. Os discursos se manifestam nas sociedades construindo imperativos e regras. Essas regras determinam quem tem o direito de falar e como o que se diz se legitima. Assim, nesse cenário de busca por novas verdades, ao menos enquanto método, a intervenção e regulação estatal se legitimam, baseadas no sucesso de um modelo econômico que tirou mais de 300 milhões de pessoas da pobreza nos últimos 50 anos. Assim, novas verdades são criadas para manter o exercício de poder por aqueles que falam os discursos econômicos de hoje.

A crise financeira abriu espaço para o exercício de contrapoder, desde novas concepções econômicas e modelos que se legitimam, ainda que metodologicamente continue a se estabelecer e organizar pelos conceitos científicos oriundos do século XIX, mas com um novo significado. A emergência de uma nova ordem financeira- ou forma de organização social- não se deu através de uma mudança estrutural brusca, mas por microenfrentamentos discursivos, no qual o contrapoder poderá se estabelecer como nova prática econômica, fundando-se como a nova verdade, demonstrando que a história não é lineal.

Como os outros países respondem à emergência da China como um poder global terá um grande impacto no desenvolvimento interno e no comportamento externo do país. Se a comunidade internacional não entender as aspirações chinesas, o povo chinês poderá se perguntar por que eles estão atados à regras que foram estabelecidas essencialmente por países ocidentais. No entanto, é fundamental ressaltar ainda que o desenvolvimento econômico chinês, chamado por alguns autores de o “milagre econômico” da China comunista e seu modelo incisivo de inserção no cenário econômico internacional, pressupõe ainda um maior peso das decisões chinesas naquelas questões de interesses gerais da comunidade internacional. A grande questão é entender se a China realmente tem interesse em assumir um rol de liderança que determine novos rumos tanto na economia como na política internacional. Desde o aspecto econômico é possível dizer que o crescimento econômico e sua capacidade de desenvolvimento são fatores determinantes para que a China assuma uma postura que gere equilíbrio, ou que ao menos

permita um novo diálogo internacional no que se refere a políticas econômico-financeiras, o qual é inclusive um resultado natural do estabelecimento de um discurso de contrapoder. Tal discurso ainda que assuma características do exercício do softpower, indica uma mudança do equilíbrio de poder entre os atuais atores internacionais.

Em um determinado momento da história o milagre econômico norte-americano representou também a hegemonia do mesmo no que se refere às relações internacionais e no jogo de poder, os Estados Unidos terminaram por guiar a política internacional conforme lhes fosse conveniente. O Consenso de Beijing pode representar o primeiro passo da China no que diz respeito à construção de uma nova ideologia econômica, baseada nos moldes chineses, a qual na atualidade clama por outras mudanças econômicas e ainda pela substituição do dólar americano como moeda de negociação internacional¹⁵. Este último aspecto teria um grande impacto na economia internacional e representaria uma mudança de paradigma tanto a nível político como econômico, porém, é uma situação que precisa ser analisada de forma específica e com maior rigor de detalhes. Por enquanto, não há dúvidas de que o Consenso de Beijing coloca em voga um discurso chinês de grande repercussão no cenário econômico global.

REFERENCIAS

- Aderson, P. (2003). Neoliberalismo: un balance provisorio. En Sader, E. y Gentili, P. *La trama del Neoliberalismo*. 2ª ed., Buenos Aires: FLACSO.
- Bardon, A.; Carrasco, C. y Vial, A. (1985). *Una década de cambios económicos. La experiencia chilena 1973-1983*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello.
- Damico, A. (1986). *Liberals on liberalism*. London: Rowman and Littlefield.
- Dinatete, M. (2004). *El Festival de la Pobreza. El uso político de los planes sociales en la Argentina*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones.
- Friedman, M. (1980). *Free to choose: a personal statement*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich.
- Foucault, M. (2008). *El orden del discurso*. 1ª ed., 2ª reimp., Buenos Aires: Tusquets Editores.

15. Por volta de 1925 o dólar americano passou a suplantiar as libras esterlinas como moeda internacional. Nos últimos anos a mídia especializada em economia e finanças rumora sobre um discurso chinês de substituição do dólar americano como moeda internacional, a chamada “des-americanização” ou simplesmente “des-americanization” da economia.

- Hayek, F. (1978). *The Constitution of Liberty*. Chicago: University of Chicago Press.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press.
- Hemmer, H. R. (1995). Posibilidades de encarar una política de desarrollo orientada a superar la pobreza: visión general. En *Contribuciones*, Konrad Adenauer Stiftung/CIEDLA, XII-3, 33-68.
- Johnston, R. B. (1983). *The economics of the Euro-market: history, theory and practice*. Macmillan.
- Krugman, P. (2009). *Analytical afterthoughts on the Asian crisis*. Disponível em: <http://web.mit.edu/krugman/www/MINICRIS.htm>. Acesso em 21.06.2009.
- Marx, K. & Engels, F. (1992). *La ideología alemana: Feuerbach. Contraposición entre la concepción materialista y la idealista*. Valencia: Servei de Publ, Univ. de Valencia.
- Schneider V. et al. *Business and the State: Mapping the Theoretical Landscape*. Disponível em: http://www.ucl.ac.uk/spp/download/research/londonVSMT_fin.pdf. Acesso em 21.06.2009.
- Schiller, R. (2008). *The subprime solution: how today's global crisis happened and what to do about it*. Princeton: Princeton University Press.
- Segal, G. (1999). Does China Matter. In *Foreign Affairs*, September/October.
- Smith, A. (1991). *The wealth of the Nations*. 3 ed., New York: Prometheus Books.
- Wray, R. (2007). *Lessons from the Subprime Meltdown*. Missouri-Kansas City: Levy Economics Institute.
- Halper, S. A. (2010). *The Beijing Consensus: how China's authoritarian model will dominate the twenty-first century*. New York: Basic Books.
- Pilling, D. (2012). The renminbi won't to replace the dollar any time soon. In: *Financial Times*, september. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/798813bc-f681-11e1-9dff-00144feabdc0.html>. Acesso em 20.09.2012.
- Wolf, M. & Pilling, D. (2014). China: on top of the world. In: *Financial Times*, maio. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/c355e0e6-d1d1-11e3-8ff4-00144feabdc0.html?siteedition=intl#axzz30o9Oguyk>. Acesso em 02.05.2014.